

Pauta inclui temas polêmicos como regularização de terras

A chamada MP da Amazônia, que permite a transferência, sem licitação, de terras da União, é um dos seis projetos que trancam a pauta do Plenário. Igualmente controverso, o primeiro item em exame é a proposta que trata do Fundo Soberano e altera as regras de licenciamento ambiental para obras em rodovias federais. **6**



O presidente do Senado, José Sarney (à dir., no sofá), recebe Paulo Paim (E) e um grupo de aposentados para debater a extensão de reajuste do salário mínimo a benefícios previdenciários

Veto sobre aposentadoria será votado em 8 de julho

Após encontros com os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, representantes dos aposentados fecharam um acordo para que, no dia 8 de julho, seja examinado o veto presidencial ao dispositivo que estendeu o reajuste de 16,67% do salário mínimo, concedido em 2006, a todas as aposentadorias e pensões. A categoria aproveitará o prazo até a votação para aumentar a mobilização. **2**



Aposentados e pensionistas ocupam o Plenário da Câmara e, depois de negociações, obtêm um acordo para data de votação do polêmico veto presidencial

Meirelles e Guido Mantega falam de crise e poupança

Para falarem da crise econômica e das novas regras da poupança, o presidente do Banco Central e o ministro da Fazenda estarão, respectivamente, amanhã e quinta-feira no Senado. **4**

Indicação de nomes para CPI da Petrobras sai hoje

Partidos e blocos anunciaram que apresentarão hoje as indicações de senadores para compor a CPI da Petrobras. A comissão terá 11 titulares (oito

do governo e três da oposição) e sete suplentes. Os opositores reivindicam a presidência da CPI, mas governistas não abrem mão do cargo. **5**

Minc apresenta políticas para zerar o desmatamento

O ministro do Meio Ambiente deve debater hoje, com a Comissão de Meio Ambiente, políticas e instrumentos que podem levar o Brasil a reduzir o desmatamento a zero até 2015. **3**

Depois de se reunirem com presidentes do Senado e da Câmara, representantes da categoria fecham acordo

Veto a reajuste de aposentados será votado em julho

OS APOSENTADOS ACERTARAM ontem, após encontros com os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, que, em 8 de julho, será realizada uma sessão do Congresso Nacional para o exame dos vetos presidenciais considerados polêmicos, entre os quais o que impediu a extensão do reajuste de 16,67% concedido ao salário mínimo em 2006 a todas as aposentadorias e pensões (*mais detalhes no texto abaixo*).

Sarney recebeu primeiro o grupo de aposentados trazidos a ele pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Eles vieram cobrar a apreciação da matéria introduzida no texto da medida provisória que reajustou o mínimo por meio de uma emenda do próprio Paim.

Ao sair da audiência com Sarney, o petista informou que cerca de 2 mil idosos vieram a

Brasília devido à possibilidade de derrubada do veto ao reajuste. O senador ponderou que a sessão do Congresso poderia ocorrer até mesmo hoje, mas que o mais plausível seria deixar a votação para mais tarde, o que daria mais tempo para que um acordo entre governo e aposentados seja acertado.

Participaram do encontro com Sarney o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e representantes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) e de outras entidades. Logo depois, a comitiva foi à Câmara buscar apoio do presidente da Casa, Michel Temer, ao seu movimento.

Os aposentados foram recebidos por Temer no próprio Plenário da Câmara. Ao lado de Paim e outros parlamentares, Temer negociou o acordo com a categoria.



Senadores Paim e Sarney (C) entre representantes de aposentados e pensionistas

Paim saúda acordo e se diz estimulado a lutar ainda mais

O senador Paulo Paim saudou o bom resultado das negociações entre o movimento dos aposentados e pensionistas e os presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e do Senado, José Sarney, com vistas à votação de matérias que mudam regras da Previdência Social. Conforme o parlamentar, os resultados alcançados no final da tarde foram positivos, por garantir um cronograma de votações.

Ficou acertado com Temer que, em junho, tão logo sejam votadas as medidas provisórias (MPs), serão colocados em votação o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 1/07, que estabelece uma política de valorização do salário mínimo de 2008 a 2023 e que pode vir a atrelar o reajuste das aposentadorias aos aumentos do mínimo, além do PLC 3.299/08, que extingue o fator previdenciário, originário do Senado e da autoria de Paim.

Com a intermediação de parlamentares, os aposentados

acertaram, ainda, com Temer, que, no dia 8 de julho, será realizada uma sessão do Congresso para examinar os vetos presidenciais considerados polêmicos, entre eles o que impediu a extensão do reajuste de 16,67% concedido ao salário mínimo em 2006 a todas as aposentadorias e pensões.

– Os 2 mil aposentados avaliaram que era melhor colocar em votação os dois projetos em junho, para, em seguida, proceder ao exame dos vetos, dando um mês de prazo, período em que vão se mobilizar ainda mais. A firmeza e o entusiasmo desses senhores de cabelos brancos me animam a continuar lutando – disse o senador.

Paim fez questão de homenagear o presidente do Senado pela sua disposição em colocar os vetos em exame o mais rápido possível e esclareceu que a ideia de esperar pela apreciação dos vetos mais tarde foi dos próprios aposentados.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem pauta trancada e faz homenagem a Jefferson Péres

Às 14h, a sessão é deliberativa. Na hora do expediente, o plenário lembra o primeiro aniversário da morte do senador Jefferson Péres. A pauta está trancada por cinco projetos de lei de conversão (PLVs

5, 6, 8, 9 e 10, provenientes das medidas provisórias 452, 453, 455, 458 e 457), além da MP 456/09, que aumentou de R\$ 415 para R\$ 465 o salário mínimo, a partir de 1º de fevereiro de 2009.



Sarney recebe ministro Mangabeira Unger e comandante da ESG

O presidente José Sarney recebe, às 10h30, o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência, Mangabeira Unger; às 11h,

Deomar Rosado e a equipe do Prodasen apresentam ao presidente o novo site de consulta à legislação e jurisprudência LexML. Às 11h30, Sarney re-

cebe o comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), tenente-brigadeiro-do-ar Carlos Alberto Pires Rolla; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CAS discute políticas para idosos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza às 9h audiência pública, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Saúde, para debater as políticas sociais e de assistência voltadas para o idoso. A reunião faz parte de um ciclo de debates sobre o atendimento à saúde no Brasil, em especial no Sistema Único de Saúde (SUS). Estão convidados para o encontro a professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília (UnB) Maria Alice Toledo; a ex-presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia Elisa Franco de Assis Costa; o gerontólogo social João Batista de Medeiros e representantes do Ministério da Saúde.

Minc fala da meta de reduzir desmatamento a zero

Audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) ouvirá, às 10h, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, sobre o projeto do governo de reduzir a zero, até 2015, o desmatamento no país. Na segunda parte da reunião, a CMA analisa a recondução de Dalvino Troccoli França e Bruno Pagnoccheschi para o cargo de diretores da Agência Nacional de Águas (ANA).

Bolsa Família pode exigir presença em reuniões

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne às 11h para analisar, entre os 13 itens da pauta de votações, substitutivo ao projeto que altera a Lei 10.826/04, a fim de incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para recebimento de benefício do programa Bolsa Família.



Transferência de dados

Às 10h30, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia realiza audiência pública com representantes de operadoras de telefonia para discutir o PLS 494/08, que trata das condições de transferência de dados de informática sobre crimes contra crianças e adolescentes.

CRA analisa renegociação de dívidas rurais

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne às 9h30 para analisar oito itens. Entre eles, o que autoriza a renegociação, com produtores rurais, de dívidas de financiamentos com recursos dos fundos constitucionais de

financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O projeto (PLS 174/07) é do senador Cícero Lucena (PSDB-PB). Já Marcelo Crivella (PRB-RJ) propõe isenção de IPI para veículos automotivos comprados por agricultores familiares.

CAE debate defesa da concorrência

Audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, debate o projeto que visa, por meio de alteração no Código de Processo Penal, estruturar o sistema de defesa da concorrência e que dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica. A diretora-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Solange Paiva Vieira, está entre os convidados. Antes, a CAE examina dez projetos da pauta de votações. Entre eles, o que cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas.



Entrega do Prêmio do Mérito Legislador 2008

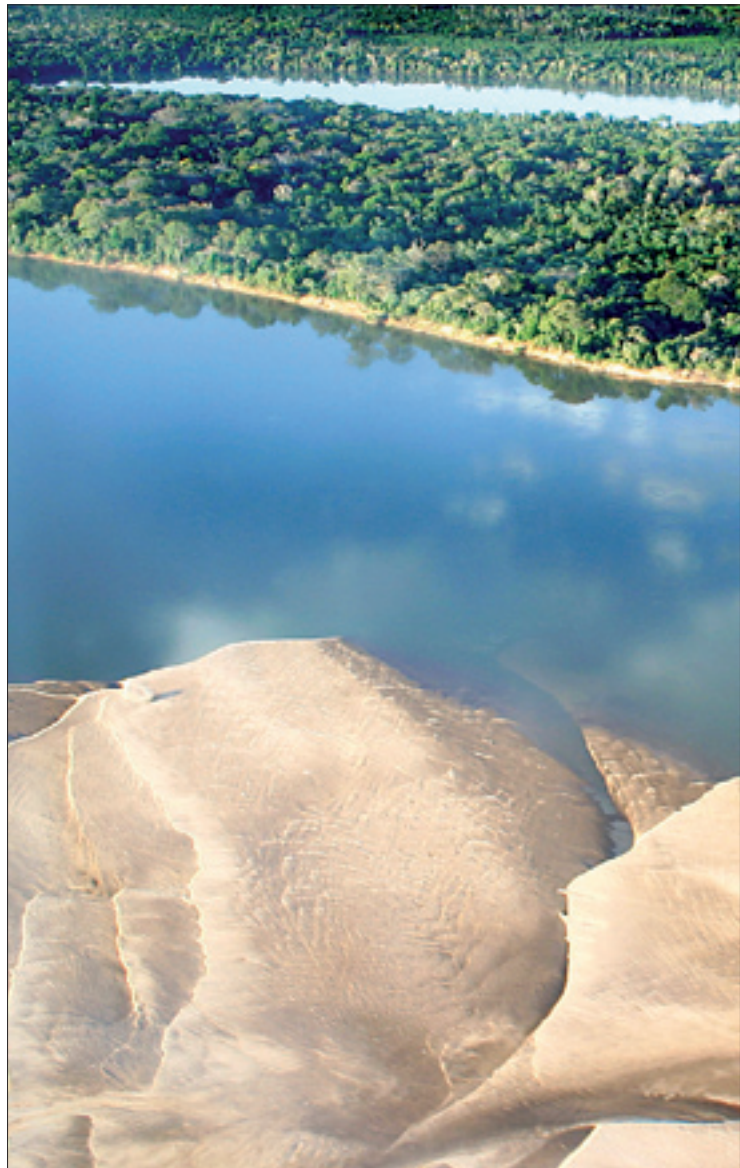
A cerimônia de entrega do Prêmio do Mérito Legislador 2008 – iniciativa do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro (Idelb) – acontece às 18h, no Auditório do Interlegis. O prêmio destaca as iniciativas parlamentares de reconhecida relevância social. Entre outros, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) receberá a homenagem pela autoria de projeto de lei que trata da repressão ao crime organizado.

CPI das ONGs aprecia requerimentos

Às 11h, a comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades na liberação de recursos para organizações não governamentais (CPI das ONGs) se reúne para analisar, entre outros, requerimentos de audiência pública.

Comissão examina relatório do AM

A apresentação do relatório sobre investigações promovidas pelos senadores no Amazonas será o destaque da reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que se reúne às 14h30. Também serão analisados requerimentos e as mudanças no Decreto 4.340/02, que regulamenta a compensação ambiental.



Moros Bergomastro/Sesom-MT

Rio Araguaia, em Luciara (MT): bacia ganha seu primeiro plano estratégico

Comissão discute gestão das águas dos rios Tocantins e Araguaia

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) discutirá em audiência pública nesta quinta-feira o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia. Para o debate foram convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Nacional de Águas (ANA).

A região hidrográfica do Tocantins-Araguaia é a mais extensa em área de drenagem totalmente contida em território brasileiro e vive um processo de desenvolvimento socioeconômico que deverá se intensificar nas próximas décadas, principalmente em função das demandas por *commodities* agrícolas e minerais.

A informação é do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), o qual informa ainda, em sua página na internet, que, em razão de seu caráter estratégico, as potencialidades hídrica, agropecuária, mineral, para navegação e geração de energia serão cada vez mais demandadas naquela região.

Elaborado pela Agência Nacional de Águas e aprovado pelo CNRH, o plano será objeto de

análise a pedido do presidente da Comissão, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

A região hidrográfica dos rios Tocantins-Araguaia é a maior do país situada completamente em território nacional. Suas dimensões equivalem a 1,5 vez a bacia do rio São Francisco. Em dez anos de funcionamento do CNRH, esse é o primeiro plano estratégico de bacia ali aprovado, num trabalho iniciado em 2006. O texto foi elaborado com a participação de representantes das seis unidades federativas banhadas pela bacia: Pará, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Distrito Federal.

De acordo com o presidente da Agência Nacional de Águas, José Machado, essa é uma significativa ferramenta para ordenar o uso da água na região, podendo contribuir para aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na área, que está abaixo da média do país. Para o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o plano vai permitir tratar de forma integrada questões como irrigação, navegação e geração de energia na região do Araguaia-Tocantins.

Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor recebe hoje ministro para um debate sobre propostas do governo para acabar com a destruição de nossas florestas

Minc explica plano de zerar o desmatamento até 2015

PARA DEBATER AS políticas e os instrumentos que podem levar o Brasil a reduzir a zero, até 2015, o desmatamento, a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) ouve hoje, em audiência pública, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. A ideia do debate partiu do presidente da comissão, senador Renato Casagrande (PSB-ES).

O Plano Nacional de Mudança do Clima, prevendo o fim do desmatamento até 2015, destina verbas para recomposição de áreas de preservação permanente e reservas legais, conservação dos biomas e aumento da sustentabilidade do setor agropecuário.

Segundo Casagrande, é importante que os senadores conheçam as ações do governo federal para preservação da vegetação, para que no seu trabalho legislativo possam ajudar a reforçar tais medidas, além de propor iniciativas complementares para a defesa do meio ambiente.

Diretores da ANA

Na segunda parte da reunião,



José Cruz

Ministro Carlos Minc discutirá com a CMA estratégia do governo

a CMA promove sabatina com Bruno Pagnoccheschi e Dalvino Franca para os dois cargos de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), atualmente vagos. Ambos integraram a Diretoria Colegiada entre maio de 2005 e maio de 2009.

Em seu relatório favorável, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) lembra que o histórico profissional de Dalvino Franca registra intensa ligação com o setor de recursos hídricos, especialmente no que diz respeito

a políticas públicas focadas no combate aos efeitos da seca.

Quintanilha lembrou que Franca possui cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano e em Desenvolvimento Rural Integrado, além de ser professor de Arquitetura na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde se formou em 1971.

Antes de ocupar a diretoria da ANA, Dalvino Franca exerceu funções técnicas e gerenciais em instituições particulares e órgãos governamentais, entre elas a diretoria de Implementação de Políticas da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Já Bruno Pagnoccheschi está ligado ao setor de gestão dos recursos hídricos desde 1978. Formado em Engenharia Civil, na Universidade de Brasília (UnB), em 1975, fez pós-graduação em Hidráulica e Saneamento, na Escola de Engenharia de São Carlos (SP). Trabalhou no Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee) e foi chefe de gabinete do Ministério do Meio Ambiente na gestão de Marina Silva.



Marcello Casal Jr/ABR

Agressões à Amazônia: Casagrande acha que debate ajudará senadores na sua atuação legislativa em defesa do ambiente

A água vale ouro

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.



Diminua o tempo do banho



Elimine os vazamentos



Não deixe a torneira pingando



Use a vassoura, e não a mangueira, para limpeza



Instale torneiras com sensores automáticos



Use uma bacia para lavar louça



Escove os dentes com a torneira fechada

Campanha do Jornal do Senado. Fonte: Pnuma e Instituto Alana

Ministro da Fazenda deverá ser questionado na quinta-feira sobre a postura do governo diante da crise. Amanhã, presidente do Banco Central participa de debate sobre juros



Valorização do real sobre o dólar deverá ser um dos temas comuns aos debates com a presença de Mantega (E) e de Meirelles

Mantega fala aos senadores sobre crise, IPI e poupança

A DESVALORIZAÇÃO DA moeda, as mudanças no rendimento da caderneta de poupança e a crise econômica serão debatidos nesta quinta-feira com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Ele participa de audiência conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Serviços de Infraestrutura (CI), de Assuntos Sociais (CAS) e de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade.

O ministro tem dito que a valorização do real perante o dólar, em razão da crise internacional, está prejudicando as exportações brasileiras.

De acordo com Mantega, o governo brasileiro estuda medidas para estimular as exportações e conter a desvalorização da moeda americana.

Ele deverá comentar ainda os

efeitos das medidas já adotadas para estimular o consumo e aquecer a economia na arrecadação da União, dos estados e dos municípios. Entre essas medidas está a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a produção de veículos, de material de construção e da chamada linha branca (fogão, geladeira, máquina de lavar e tanquinho).

Na última reunião de ordenação política, Mantega informou que vários setores da economia reagiram bem a esses incentivos.

Ele afirmou ainda que o segundo trimestre está apresentando uma ligeira melhora na economia mundial e no sistema financeiro brasileiro, embora isso não signifique que "os problemas tenham sido superados".

Sobre alterações na caderneta de poupança, Mantega vem afirmando que o governo não tomará nenhuma medida que prejudique o poupador de menor renda.

De acordo com ele, as mudanças anunciadas, de tributar aplicações acima de R\$ 50 mil, visam evitar a migração de grandes investidores para a poupança e garantir a estabilidade econômica, mantendo a trajetória de redução da taxa básica de juros (Selic).

A audiência pública nas comissões foi proposta pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Aloizio Mercadante (PT-SP), César Borges (PR-BA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Meirelles presta contas sobre política monetária

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, comparecerá ao Congresso Nacional na tarde de amanhã para tratar das políticas de juros, crédito e câmbio. Ele será ouvido pelos deputados e senadores das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), do Senado, e de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Finanças e Tributação e Fiscalização e Controle, da Câmara dos Deputados. Participarão também os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Meirelles prestará contas do cumprimento das políticas monetária, creditícia e cambial no semestre anterior pelo Banco Central como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pela lei, o presidente do BC deve comparecer ao Congresso duas vezes por ano.

Senado recebe propostas para reestruturação

Uma comissão foi instalada pela Primeira Secretaria do Senado com o objetivo de receber as sugestões dos servidores para a reestruturação administrativa da instituição, a partir do relatório preliminar elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), concluído em 12 de maio.

Um formulário específico para isso estará disponível a partir de amanhã, na intranet (rede interna do Senado). As sugestões serão sistematizadas e agrupadas por temas pela comissão, de modo a facilitar o trabalho da FGV.

Parlamentares recebem hoje o prêmio Mérito Legislador 2008

A cerimônia de entrega do Prêmio Mérito Legislador 2008, promovido pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro (Idelb), em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), será realizada hoje à noite.

Vão ser contemplados parlamentares de todas as esferas legislativas que tenham contribuído, por meio de projetos de lei, para o desenvolvimento do país. O prêmio tem por objetivo estimular e reconhecer a atuação parlamentar na busca pelo aperfeiçoamento de normas e leis que regem

a sociedade. Para esta edição foram escolhidos 64 senadores, sete deputados federais, 26 deputados estaduais e 64 vereadores.

Estão convidados para a cerimônia os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer; o 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes; o diretor-geral do Senado, Alexandre Gazinero; o presidente do Idelb, Josué dos Santos Ferreira; e representantes das empresas apoiadoras do evento. A cerimônia será no auditório do Interlegis, no Senado.

Venda irregular de anabolizante poderá ser considerada crime

A criminalização da prática de vender ou fornecer ilegalmente esteroides ou anabolizantes está na pauta de quinta-feira da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O enquadramento penal do comércio irregular desses produtos foi proposto pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

O projeto (PLS 124/05), já aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), tem voto favorável do relator, Romeu Tuma (PTB-SP), com mudanças propostas por Augusto Botelho (PT-RR) na CAS. Em vez de ser considerada infração sanitária, com punição mais branda, a venda ou dispensação ilegal dessas substâncias passaria a ser punida com reclusão de dois a cinco anos, mais multa.

As mesmas penas valeriam para quem aplicar anabolizantes comprados clandestinamente e para quem vender ou fornecer, para consumo humano, substâncias do gênero destinadas a uso em animais. Se o crime for culposo, ou seja, resultar de ato de imprudência, negligência ou imperícia do infrator, a pena

aplicada seria de detenção de seis meses a dois anos, mais multa.

Em seu relatório, Tuma chama atenção para os danos causados à saúde pelo uso abusivo e descontrolado dessas substâncias, como cânceres, doenças hepáticas e cardíacas e disfunções sexuais. Atletas e adultos jovens esportistas estariam mais vulneráveis, já que essas substâncias promovem e aceleram o ganho de massa muscular.

Originalmente, o substitutivo de Augusto Botelho ao projeto foi aprovado em decisão terminativa pela CAS. Mas recurso para exame em Plenário acabou encaminhando a proposição para análise da CCJ, por tratar de direito penal. Essa comissão também se manifesta pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

– Estamos plenamente convencidos de que a proposição, com as modificações propostas pela CAS, aprimora a proteção da saúde pública, desestimulando a venda ou dispensa ilegal das mencionadas substâncias – afirmou Tuma.



CCJ: projeto na pauta da comissão prevê penas de até cinco anos de prisão

Comissão vota indicações para o Conselho Nacional de Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota amanhã 12 indicações de conselheiros para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os currículos dos indicados já foram lidos em reunião anterior da comissão, que, nesta semana, sabatina os candidatos e profere o ser parecer.

A avaliação da CCJ refere-se somente às qualificações profissionais dos candidatos. A aprovação efetiva será feita pelo Plenário.

Os nomes indicados são: ministro do Superior Tribunal do Trabalho Ives Gandra Martins Filho; desembargadores Milton Augusto de Brito Nobre e Leomar Barros Amorim do Souza; juízes Walter Nunes da Silva Júnior, Nelson Tomaz Braga e Morgana de Almeida Richa; procurador José Adônis Callou de Araújo Sá; promotor de Justiça Felipe Locke Cavalcanti; e advogados Jefferson Luis Kravchyn, Jorge Hélio Chaves de Oliveira, Erick Wilson Pereira e André Ramos Tavares.

Na última reunião da Comissão de Justiça, foram aprovados outros dois nomes para o CNJ: o juiz de Direito Paulo de Tarso Tamburini Souza e o advogado

Marcelo da Costa Pinto Neves.

O Conselho Nacional de Justiça é um órgão responsável pelo controle da atuação administrativa e financeira dos órgãos judiciais, bem como pela supervisão do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Ministério Público

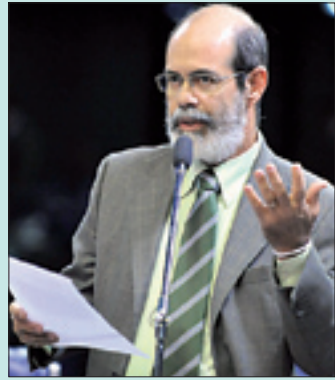
Também na última semana, a CCJ aprovou a indicação de 12 conselheiros para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP): os procuradores Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Sandra Lia Simón e Maria Ester Henriques Tavares; os promotores de Justiça Diaulas Costa Ribeiro e Sandro José Neis; os procuradores de Justiça Cláudio Barros Silva e Achilles de Jesus Siquara Filho; a juíza federal Taís Schilling Ferraz; o desembargador Sérgio Feltrin Corrêa; e os advogados Adilson Gurgel de Castro, Almino Afonso Fernandes e Bruno Dantas Nascimento.

O CNMP é um órgão externo formado por 14 membros e encarregado de controlar e fiscalizar a atuação administrativa e financeira dos órgãos integrantes do Ministério Público Nacional.

Relatoria deve ficar com o governo, enquanto a oposição reivindica presidência de comissão, mas reconhece que será difícil um acordo sobre o cargo



Mão Santa diz que seguiu acordo firmado pelos líderes partidários



Mesquita Júnior afirma que diretor usa cargo para fazer política

Fotos de Gerardo Magalhães

Mão Santa explica por que não leu requerimento no dia 14

O senador Mão Santa (PMDB-PI) voltou a explicar por que deixou de ler, na sessão de 14 de maio, o requerimento que criaria a CPI da Petrobras. Ele afirmou que tem recebido mensagens por meio do correio eletrônico sobre a atitude que tomou naquela noite como presidente da sessão.

– O povo está atento aos passos do Senado. Eu fui mal-interpretado e recebi alguns e-mails porque não li [o requerimento] – disse Mão Santa ontem enquanto presidia os trabalhos do Plenário.

O senador explicou que se recusou a ler o requerimento devido a um acordo entre o presidente do Senado, José

Sarney, e os líderes partidários, no sentido de ouvir primeiramente o presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, antes da criação da comissão de inquérito. Mão Santa observou que o 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), estava presente à reunião da Mesa em que foi firmado o acordo.

Uma das questões levantadas na sessão do dia 14 em favor da leitura do requerimento partiu do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), em que alegava que o acordo não tinha o respaldo da sua bancada.

– Não li o requerimento, mas quero deixar claro que eu fui um dos que assinaram – frisou Mão Santa.

Mesquita lê denúncia contra diretor da Transpetro no Rio

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) reafirmou o compromisso do grupo do PMDB com a CPI da Petrobras, além de ressaltar a firmeza de Mão Santa. O parlamentar acreano também relatou o conteúdo de uma mensagem, recebida por e-mail, em que o remetente denuncia irregularidades na estatal.

De acordo com o e-mail, o diretor administrativo e financeiro da Transpetro, Rubens Teixeira da Silva, pastor da igreja evangélica Ministério Óleo e Vida, na Baixada Fluminense, vem assediando alguns membros da sua con-

gregação e de outras igrejas com promessas de emprego na Transpetro. Teixeira seria pré-candidato a deputado federal em 2010. Em função disso, teria iniciado “suas articulações criminosas”, segundo Mesquita Júnior.

A denúncia afirma ainda que Teixeira vem empregando parentes e líderes dessas igrejas, como o seu motorista Rogério, presbítero da Assembleia de Deus em Marechal Hermes; Alex de Assis, filho de sua prima Eli de Assis, de outra igreja da cidade; e seu cunhado Evani, que é diácono da igreja em Niterói.



“Se não houver escândalo nenhum, Petrobras receberá atestado”

Mozarildo cobra investigação de todas acusações

Ao comentar denúncias dos jornais no fim de semana sobre mau uso de recursos públicos na Petrobras, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que a CPI deve investigar a fundo cada um dos fatos que levaram a sua criação.

Mozarildo considerou inadmissíveis as pressões ocorridas no Senado pela retirada de assinaturas do requerimento. Ele afirmou que a empresa não pode ser colocada acima da lei, de modo a não ser alvo de qualquer processo de apuração de irregularidades.

– Acredito que, se a CPI não apurar nada, se não houver escândalo nenhum, se não houver conduta crimi-

nosa nenhuma, a Petrobras vai receber um atestado de idoneidade. Mas não é isso que nós estamos vendo dos procedimentos existentes no Tribunal de Contas da União, nas ações do Ministério Público Federal e da Polícia Federal – disse Mozarildo, observando que os governistas nada têm a temer caso não exista nada de errado na estatal.

Membros da CPI da Petrobras devem ser indicados hoje

TERMINA HOJE O prazo regimental de cinco sessões deliberativas para que os líderes dos partidos indiquem os 11 senadores que integrarão a Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras. O líder do Bloco de Apoio ao Governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que divulgará os nomes no prazo.

De acordo com João Pedro (PT-AM), os partidos PR, PSB, PCdoB e PRB – que fazem parte do bloco – reúnem-se pela manhã para escolher os nomes. O PT, outro integrante, fará reunião às 13h com o mesmo objetivo. O Bloco de Apoio ao Governo tem três vagas na comissão.

A expectativa é de que o PMDB também divulgue hoje os nomes dos seus três senadores para compor a CPI. Caso algum líder não indique os representantes do seu partido, o presidente do

Senado, José Sarney, terá três sessões deliberativas para fazer as indicações.

Já a definição sobre quem ocupará a presidência e a relatoria da comissão deve demorar mais. A oposição reivindica a presidência e o governo reluta em ceder o cargo. Para João Pedro, os governistas devem ficar com a presidência e com a relatoria da CPI. “A maior preocupação é evitar a politização da CPI. Temos que defender a Petrobras, um patrimônio da sociedade brasileira”, argumentou.

Alvaro Dias (PSDB-PR), um dos indicados pela oposição para a presidência do colegiado, entende que, por direito, o cargo deveria caber a ele próprio, autor do requerimento que criou a comissão. Mas reconhece que um acordo será difícil.

– O governo até admite que a

oposição indique a presidência, mas quer monitorar essa indicação – afirmou.

O líder do DEM, José Agripino (RN), disse ter conversado com os líderes do PMDB, Renan Calheiros (AL), do Governo, Romeiro Jucá (PMDB-RR), e afirmou que ambos consideravam conveniente dividir a direção da CPI com a oposição. Para Agripino, se o governo ocupar a presidência e a relatoria, a CPI será “uma comissão de um lado só”.

– Denúncias sobre irregularidades na Petrobras têm sido publicadas na imprensa e isso precisa ser investigado em uma CPI sem política, sem emoção, de modo que a Petrobras ganhe com a CPI e saia mais limpa da investigação – disse.

Completam a CPI um senador do PDT e um do PTB. Este último indicou Fernando Collor (AL).



Divulgação: Petrobras/ABR

Comissão pretende apurar denúncias de irregularidades envolvendo a Petrobras (foto) e a Agência Nacional de Petróleo

Governo ocupará oito vagas e oposição, três

A CPI da Petrobras será composta por 11 titulares e sete suplentes e terá 180 dias para realizar o seu trabalho. O Bloco de Apoio ao Governo terá três vagas de titulares e duas suplências, mesmo número que o PMDB. Os partidos oposicionistas – DEM e PSDB – terão em conjunto três titulares e dois suplentes. Já o PTB contará com uma vaga de titular e uma de suplente e o PDT terá apenas uma vaga de titular.

A comissão, requerida por Alvaro Dias (PSDB-PR), pretende apurar denúncias de irregularidades envolvendo a estatal e a Agência Nacional do Petróleo,

	titulares	suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	3	2
PMDB	3	2
DEM/PSDB	3	2
PTB	1	1
PDT	1	—
Total	11	7

Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). De acordo com o requerimento de criação, deverão ser investigados indícios de fraudes nas licitações para reforma

de plataformas de exploração de petróleo, apontados pela Operação Águas Profundas da Polícia Federal, e “graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas” detectadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Também deverão ser examinados indícios de superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima (PE) e denúncias de desvio de dinheiro dos royalties do petróleo. A investigação deve incluir ainda o suposto uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de R\$ 4,3 bilhões.

Papaléo relata casos de perseguição a funcionários

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) leu da tribuna carta assinada por Wanderley Ferreira da Silva Júnior, diretor administrativo e jurídico da Associação dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo e Gás (Aepetro), composta por trabalhadores concursados de diversas unidades da Petrobras, em que denuncia perseguição contra servidores que comunicam irregularidades à administração da empresa.

O sindicalista informa que um

deles, responsável pela investigação do Tribunal de Contas da União sobre a assinatura de contratos no valor de R\$ 240 milhões, sem licitação, acabou sendo hospitalizado.

O senador disse que são denúncias como a do sindicalista que “deixam o governo em polvorosa” e levam o Executivo a “fazer de tudo” para impedir o funcionamento da CPI da Petrobras.

– O senhor Wanderley afirma que a CPI irá melhorar o



Papaléo: afirmações de sindicalista comprovam necessidade de CPI

desempenho da empresa, ao retirar do seu corpo funcional parasitas que possivelmente estão usurpando o erário – disse Papaléo Paes.

Iniciativa autoriza o Dnit a realizar manutenção em rodovia estadualizada e muda regras de licença ambiental para obra em estrada federal. Medida que reajustou o salário mínimo é um dos projetos que aguardam exame do Plenário

MP do Fundo Soberano é o primeiro entre os seis itens que obstruem pauta

OS SENADORES DEVEM retomar hoje a análise em Plenário do projeto de lei de conversão (PLV 5/09) que trata do Fundo Soberano do Brasil. Esse é o primeiro dos seis itens que obstruem a pauta por estarem com prazo de votação vencido. Dois deles chegaram ao Senado na semana passada (veja matéria ao lado).

O PLV deriva da MP 452/08, alterada na Câmara, e recebeu do senador Eliseu Resende (DEM-MG) um parecer para cada assunto abordado: além da nova redação dada ao Fundo Soberano, a iniciativa autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a executar reformas nas rodovias estadualizadas e altera regras de licenciamento ambiental para obras em estradas federais.

Também está em pauta o PLV 6/09 (originado da MP 453/09), que autorizou a União a emprestar R\$ 100 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aumentar a capacidade de financiamento de projetos de longo prazo. O empréstimo será viabilizado pela emissão de título de dívida pública no mercado e tem como relator o senador Fernando Collor (PTB-AL).

Os deputados acrescentaram ao texto artigo que autoriza o poder Executivo a condicionar



Waldemir Rodrigues

Poderá ser votado ainda empréstimo de R\$ 100 bilhões da União ao BNDES

os contratos fechados com esses recursos à criação de postos de trabalho ou à proibição de demissões durante período determinado. Outro artigo inserido veda a concessão ou renovação de financiamentos a empresas cujos dirigentes tenham sido condenados por assédio moral ou sexual, racismo, trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.

O terceiro item da pauta é o PLV 8/09 (proveniente da MP 455/09), que inclui alunos do ensino médio e da educação infantil no programa de transporte escolar e os do ensino médio no programa federal de merenda escolar.

Pode também ser apreciada a MP 456/09, que aumentou o salário mínimo de R\$ 415 para R\$ 465 em 1º de fevereiro.

MP da Amazônia está entre prioridades

Dois projetos de lei de conversão recém-chegados da Câmara também encontram-se na pauta com prioridade de votação. O PLV 9/09 alterou a MP 458/09 e vem recebendo forte oposição de ambientalistas por permitir que a União transfira, sem licitação, terras de até 1.500 hectares na Amazônia Legal a quem detinha a posse antes de 1º de dezembro de 2004. A chamada "MP da Amazônia" é relatada pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Já o PLV 10/09, oriundo da MP 457/09, autoriza a União a parcelar, em 20 anos, as dívidas municipais vencidas até 31 de janeiro de 2009 com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O projeto compensa os municípios pelas perdas decorrentes da redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), atrofiado em razão da crise econômica e dos incentivos fiscais.



Genaldo Magalhães

Senador anunciou que requerimento já conta com 30 assinaturas

Mário Couto pede apoio para criação da CPI do DNIT

Mário Couto (PSDB-PA) solicitou a assinatura dos senadores do PDT no requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Ele afirmou que tanto o Tribunal de Contas da União (TCU) quanto a Polícia Federal apontaram indícios de corrupção no órgão.

O senador anunciou ter 30 assinaturas para o novo pedido, quando são necessárias 27. No entanto, disse ser muito arriscado entrar com o pedido com esse número, lembrando que requerimento anterior também com o objetivo de criar uma CPI do DNIT, apresentado com 32 apoios, foi arquivado porque assinaturas foram retiradas.

Mário Couto acusou o atual diretor-geral do órgão, Luiz Antonio Pagot, de ter lesado os cofres públicos em cerca de R\$ 500 mil à época em que era funcionário do Senado. De acordo com o parlamentar, Pagot recebeu sem trabalhar.

– Eu provei que o diretor do DNIT lesou os cofres deste Senado. Ele veio aqui, eu disse na cara dele – afirmou Mário Couto, em referência a episódio ocorrido durante a sabatina na Comissão de Serviços de Infraestrutura que referendou a indicação de Pagot.

O senador criticou os colegas que "nem tomam conhecimento do projeto, votam porque o rei manda". E, segundo ele, o fazem para não perder os cargos, no governo, aos quais indicaram correligionários.

— Essa é a lama do Congresso Nacional. Se não fosse isso, a sociedade e os aposentados não estariam sofrendo, o Brasil seria um país sério – denunciou Mário Couto, lamentando que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha chamado os senadores de irresponsáveis por terem criado uma CPI para investigar a Petrobras.

Comissão realiza seminário sobre tributação e pirataria

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza nesta quarta-feira seminário sobre a tributação e a prática de pirataria no Brasil. O seminário será dividido em duas partes: a primeira, das 9h10 às 11h, irá abordar as consequências nacionais e internacionais do consumo de produtos piratas. A segunda, que vai das 11h10 às 13h, discutirá a tributação em relação aos produtos piratas.

Foram convidados para o seminário oito expositores: o secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria do Ministério da Justiça, André Luiz Barcellos; o representante da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, José Henrique Werner; o especialista



Ano Volpe

Comércio de DVDs piratas: prática causa prejuízos a governo, indústria e artistas

em Direito Tributário Eduardo Jardim; o diretor da United States Patent and Trademark Office, Dorian Mazurkevich; a diretora do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, Patrícia

Blanco; o diretor-geral da Som Livre, Leonardo Ganem; o advogado Dalton Miranda, da Sênior de TozziniFreire Advogados; e o deputado federal Otavio Leite (PSDB-RJ).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • João Pedro • Rosalba Ciarlini

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



“Situação é caótica em grande parte das estradas”, avalia Nery

José Nery cobra recuperação das rodovias do Pará

José Nery (PSOL-PA) afirmou que as rodovias estaduais e federais estão intransitáveis no estado do Pará, o que tem levado a população a bloquear estradas. Na semana passada, moradores do município de Viseu e de cidades vizinhas fecharam a BR-316, reivindicando o asfaltamento entre Bragança e Viseu. Dias antes, moradores de Abaetetuba fecharam um trevo que dá acesso ao complexo industrial da Alunorte.

– Ao contrário do que se vê nas propagandas dos governos federal e estadual, a situação de grande parte das estradas do Pará é caótica. As obras do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] continuam lentas na região. Exemplo disso é o abandono da Rodovia Transamazônica. Só fizeram 40 quilômetros – disse o senador.

José Nery também pediu à Justiça que liberte as últimas quatro do total de 18 pessoas presas durante manifestação do Movimento dos Atingidos por Barragens, em Tucuruí. O parlamentar declarou que essas pessoas são presos políticos e manifestou total apoio ao movimento, por entender que “sem ocupar terras, hidrelétricas e rodovias, o povo não será ouvido”.

O senador pediu ainda à governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, que aceite negociar com os professores e funcionários da educação em greve. José Nery também se solidarizou com os aposentados que estão em Brasília lutando pela derrubada do veto a reajuste de 16,67% às aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).



Para senador, aprovação na Câmara representa isonomia

Senador afirma que a carga tributária brasileira é a maior do mundo e diz que apresentará PEC para obrigar União a dividir com prefeituras os R\$ 350 bilhões arrecadados anualmente por contribuições

Alvaro proporá a partilha de contribuições com municípios

ALVARO DIAS (PSDB-PR) anunciou que pretende apresentar uma proposta de emenda à Constituição para “tornar mais justa a distribuição aos municípios das contribuições arrecadadas pelo governo federal”.

Com base em dados apresentados na semana passada em um encontro de prefeitos do Paraná que resultou na criação de uma frente municipalista, o senador afirmou que a carga tributária do Brasil é a maior do mundo, equivalente a 36,47% do produto interno bruto (PIB), que neste ano deverá atingir aproximadamente R\$ 3 trilhões. Desse modo, disse, a arrecadação de tributos deverá totalizar R\$ 1,94 trilhão, do qual a União ficará com 58%, contra 24,7% destinados aos estados e 17,3% a serem repartidos entre os 5.565 municípios.

Essa carga tributária “é gigantesca, esmaga e é muito mal distribuída”, declarou Alvaro, assinalando que um trabalhador precisa trabalhar 147 dias do ano apenas para pagar impostos.

Duas fontes

O senador explicou ainda que duas fontes compõem a base principal da arrecadação tributária – os impostos e as contribuições –, sendo que os municípios têm participação apenas na arrecadação referente ao

Imposto de Renda (IR) e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sem nenhum percentual das contribuições, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

– Em 2008, a arrecadação partilhada com estados e municípios somou R\$ 220 bilhões. Isso deu aos

municípios R\$ 51 bilhões. Enquanto isso, as contribuições somaram uma importância de R\$ 350 bilhões, dos quais os municípios não tiveram nenhuma participação. Aí está o desequilíbrio – avaliou.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou o pronunciamento e disse que os municípios precisam contar com mais recursos para investimentos em saúde.

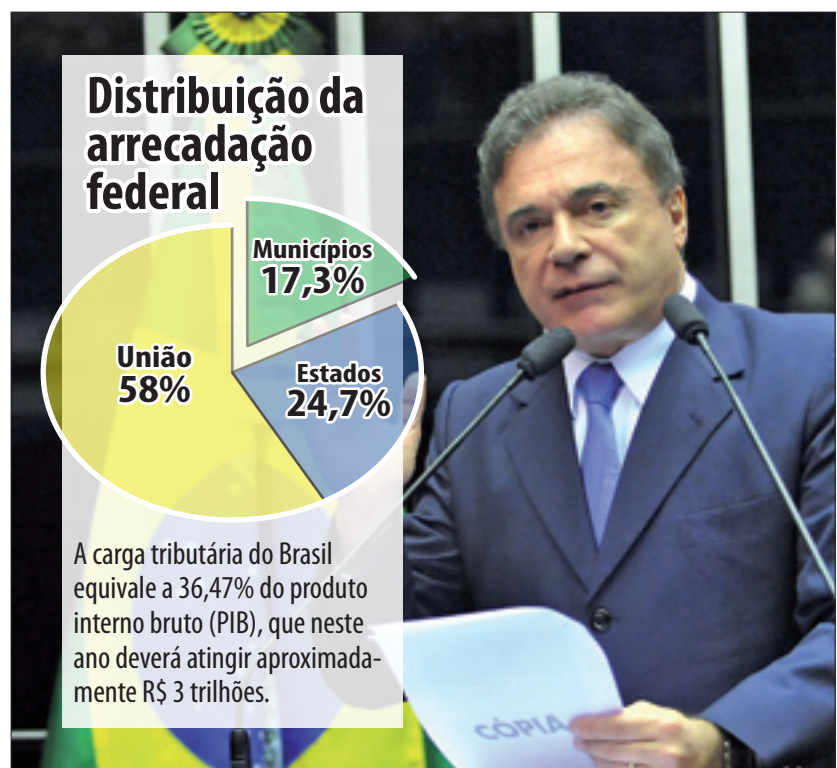


Foto de Gerardo Magêla



Encontro gaúcho criticou direção nacional, diz Simon

Simon defende candidatura própria do PMDB

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou ontem a direção do seu partido por não encampar a proposta de uma candidatura do PMDB à Presidência da República. Depois de ler documento em defesa da tese, aprovado pelo Diretório Regional gaúcho, Simon conclamou todos os estados a fazerem o mesmo.

O documento diz que o comando nacional do PMDB tem imprimido ao partido “um papel inexplicavelmente subalterno e acessório”, especialmente se observados o seu tamanho e a sua expressão eleitoral.

– A informação que tenho é que, em todos os estados do Brasil, há uma ânsia pela aprovação dessa tese. Há um sentimento, inclusive, de que temos por obrigação fugir desse binômio PT ou PSDB, dessa determinação de dois lados. Uma nova opção, uma nova proposta, uma nova perspectiva que fuja do “certo” ou “errado” – assinalou o parlamentar.

Para Pedro Simon, com o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o país encerra um ciclo iniciado com a ascensão de Itamar Franco ao poder, em 1992, depois do impeachment de Fernando Collor, e que foi marcado pela estabilização da economia. Agora seria o momento de o PMDB ocupar o espaço que lhe cabe para apontar novos caminhos.

– O PSDB tem grandes nomes, tanto o Aécio quanto o Serra. Mas o PMDB tem a história, tem os seus nomes, tem a sua biografia, tem a sua gente e tem as suas bases – avaliou o senador.

Mão Santa critica doação para filme sobre Frank Aguiar

Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo do Piauí por doar R\$ 1 milhão para a realização de filme sobre a vida do cantor, compositor, ex-deputado federal e atual vice-prefeito de São Bernardo do Campo (SP), Frank Aguiar. O senador leu artigo do *Diário do Povo do Piauí* escrito pelo editor-chefe do jornal, Zózimo Tavares, no qual este pergunta de onde o governador irá tirar o dinheiro da doação: das vítimas das inundações, dos servidores públicos ou de alguma conta secreta?

Para o parlamentar, o governador do Piauí, Wellington Dias, não cumpriu o princípio constitucional da impessoalidade na administração pública ao fazer a doação. Mão Santa disse que o governador deve doar igual quantia para outros artistas e intelectuais piauienses e afirmou que Frank Aguiar, além de ser rico, poderia ter captado recursos nos meios empresariais.

Rosalba Ciarlini fala dos desafios da mulher no mercado de trabalho

Ao comentar sua participação em seminário promovido pela Confederação Nacional das Trabalhadoras na Indústria e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, em Mossoró (RN), no final de semana, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) falou sobre as conquistas e os desafios da mulher no mercado de trabalho.

Rosalba observou que, embora as mulheres já representem 47,8% da força de trabalho, ainda há obstáculos a superar, como a diferença salarial em relação aos homens e a informalidade – elas são maioria entre os trabalhadores que



Rosalba defende ampliação da licença-maternidade

não têm carteira assinada, a começar pelas trabalhadoras domésticas.

A senadora defendeu a aprovação de sua proposta de emenda à Constituição (PEC 64/07) que aumenta para 180 dias a licença-maternidade.

– A criança amamentada e bem cuidada nos seus primeiros seis meses

com certeza é uma criança muito mais saudável, o que vai evitar doenças e internações que venham fazer com que a mãe se afaste do trabalho. E a mulher vai voltar ao trabalho mais tranquila e será mais produtiva – afirmou a parlamentar, em defesa de sua proposta.

Expedito apela por transferência de servidores de Rondônia à União

O senador Expedito Júnior (PR-RO) fez ontem, em Plenário, um apelo à Câmara dos Deputados para que coloque em votação a proposta de emenda à Constituição (PEC 483/05) que transfere os servidores do ex-território de Rondônia para a União. A matéria tramitou no Senado como PEC 87/03.

– No meu estado, já se fala em mudar o nome de PEC da Transposição para enganação – afirmou.

Expedito Júnior disse desconhecer o motivo pelo qual a iniciativa não foi colocada em pauta, mas observou ter ouvido boatos de que a aprovação só se daria em 2010 para suposta-

mente ser usada como “moeda de troca” nos acordos políticos visando às eleições. O parlamentar repudiou a ideia.

Segundo ele, o governador Ivo Cassol poderia destinar os R\$ 30 milhões gastos com o pagamento desses servidores para investimentos em saúde, educação e infraestrutura, por exemplo.

O senador cobrou tratamento isonômico para Rondônia, uma vez que medida semelhante já beneficiou os outros dois exterritórios, Amapá e Roraima. Ele elogiou o trabalho do governador Ivo Cassol e do seu vice, João Cahúlla, e criticou os deputados do estado, que, para ele, não se mobilizam para votar o texto.



Para Raupp, qualidade da mão de obra deveria ser o diferencial brasileiro

Raupp elogia universidades corporativas

A importância das universidades corporativas foi assinalada por Valdir Raupp (PMDB-RR). Segundo o senador, é fundamental investir em ciência, tecnologia, informação e qualificação de mão de obra, bases sobre as quais será possível “construir uma nação preparada para a competição e capaz de se impor no mercado internacional”.

Raupp citou previsões dizendo que a participação do Brasil no comércio internacional nos próximos 20 a 30 anos ficará estacionada no patamar de 0,8% a 0,9% do total mundial, “muito pouco para uma nação que pretende se tornar uma das grandes ao longo deste século”. Em sua opinião, esse quadro só mudará com a elevação do padrão de qualidade da mão de obra.

O senador disse que o Brasil tem obtido benefícios evidentes com a crescente qualificação de seus profissionais, o que talvez seja um sinal para as universidades tradicionais atentarem para o fato de que, paralelamente ao estudo e à geração de conhecimento, é preciso também formar profissionais para atuar no mercado, visando o enriquecimento cultural da nação.

– É indispensável que a qualificação de mão de obra seja um diferencial na oferta de produtos e serviços do Brasil no exterior, e do mesmo modo, o mercado interno se torna cada vez mais exigente nesse aspecto – disse.

Raupp mencionou o crescimento das universidades corporativas, que em 20 anos saltaram de dez para quase 500, segundo informações da Associação Brasileira de Educação Corporativa. A primeira do ramo, citou o parlamentar, foi a Academia Accor, do grupo hoteleiro com o mesmo nome. Hoje, um dos exemplos mais marcantes de sucesso como universidade corporativa é a Valer, da Vale, por onde já passaram mais de 38 mil funcionários.

– É a tão necessária interação entre as universidades e as empresas, de que o Brasil tanto carece – declarou.

Senador foi relator da Subcomissão de Marcos Regulatórios, que analisou medidas para tornar mais competitivas 14 áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento

Garibaldi defende projetos para melhorar infraestrutura

O SENADOR GARIBALDI Alves Filho (PMDB-RN) defendeu ontem a aprovação de projetos apontados como fundamentais pela Subcomissão de Marcos Regulatórios para aprimorar o funcionamento de 14 áreas relevantes da economia brasileira e das próprias agências reguladoras. O relatório final da subcomissão foi aprovado no final de abril pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Durante os meses de abril e outubro de 2007, a Subcomissão de Marcos Regulatórios, que funcionou no âmbito da CAE, ouviu mais de 50 especialistas nos setores de energia elétrica, prospecção e produção de petróleo e gás natural, transportes rodoviário e ferroviário, saneamento básico, e das agências reguladoras, entre outros. Delcídio Amaral (PT-MS) presidiu o colegiado e Garibaldi foi o relator.

Entre as medidas propostas no relatório, ele assinalou como de grande relevância o fortalecimento das agências reguladoras e a garantia da livre concorrência. O senador considerou urgente a aprovação no Congresso do PL 3.337/04, que propõe uma “lei geral das agências reguladoras”, incluindo dispositivos que prevejam, por exemplo, a autonomia de gestão orçamentária e financeira e a revisão das regras que transferem a iniciativa de outorga de concessões e permissões aos respectivos ministérios setoriais.

Para assegurar a livre disputa no mercado, Garibaldi defendeu a aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência,

proposto no PLC 6/09. A matéria modifica a estrutura, atribuições e poder do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com a absorção das funções hoje exercidas pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, no que tange à defesa da concorrência.

– Com a aprovação pela CAE, as proposições iniciaram, finalmente, sua tramitação no Senado. Acredito que todos os colegas darão uma atenção especial à apreciação destas proposições, que considero de muita valia para o desenvolvimento de áreas vitais da economia – disse ele.

Entre as propostas recomendadas no relatório final da subcomissão, estão a criação, no setor elétrico, de um colegiado para disciplinar o licenciamento ambiental de aproveitamentos

de potenciais hidráulicos considerados estratégicos; na área de transportes, conceder mais autonomia à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); no setor mineral, a aprovação de vários projetos em tramitação no Congresso; e no saneamento básico urbano, a necessidade de estimular a cooperação dos entes federativos e a criação de agências reguladoras de âmbito estadual e municipal.



Garibaldi Magalhães



No setor elétrico, medida citada por Garibaldi redefine licenciamento ambiental

Dornelles destaca atual gestão da Associação Comercial do RJ

Os quatro anos de gestão do empresário Olavo Monteiro de Carvalho à frente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), entidade com 200 anos de existência, foram comemorados por Francisco Dornelles (PP-RJ).

Segundo o senador, durante o período em que esteve na presidência da ACRJ, Olavo Monteiro de Carvalho teve a preocupação permanente de aliar modernidade à tradição, respeitando os valores que a entidade sempre defendeu.

Em junho, Olavo Monteiro de Carvalho transfere a presidência da ACRJ ao empresário José Luiz Alquéres.

Na opinião de Dornelles, o futuro presidente da associação detém, igualmente, a credibilidade profissional e o respeito da comunidade política e empresarial de seu estado.

– O nome de Olavo continuará, entretanto, cravado na presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro como símbolo do dinamismo e da competência com que ele sempre administrou



Dornelles elogia Olavo Monteiro de Carvalho, que preside a ACRJ até junho

essa importante entidade – afirmou Dornelles, ao considerar que a ACRJ se mantém, desde sua fundação, como um fórum privilegiado de discussões, democrático e independente.



Cristovam: população desconhece o pensamento de presidencialistas

Cristovam propõe novo conceito de soberania

O cenário político nacional mostra que a disputa pela Presidência já está no segundo turno, antes mesmo de ter passado pelo primeiro. Mais do que isso: a população não sabe o que pensam os prováveis candidatos Dilma Rousseff e José Serra, sobretudo no que diz respeito à soberania nacional. Essa é a avaliação do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que defendeu, em discurso, um novo modelo de soberania para o Brasil.

– Não merece ser presidente da República quem não disser como vai definir soberania nos tempos da globalização e desta revolução científica e tecnológica que está avançando no mundo inteiro. Precisamos de um conceito novo de soberania, que eu venho chamando de soberania com responsabilidade planetária, com responsabilidade com toda a humanidade – afirmou Cristovam Buarque.

Sobre a soberania da Amazônia, Cristovam lamentou ouvir seguidamente que “a Amazônia é brasileira e que, portanto, o país tem o direito de destruí-la”. Ele defendeu que o Brasil deve dizer ao mundo inteiro que é dono da Amazônia, mas que vai cuidar dela como sendo também um patrimônio da Humanidade.

Para o senador, se, por exemplo, os Estados Unidos defenderem a internacionalização da Amazônia, o Brasil deve argumentar que, nesse caso, as ogivas nucleares devem ser também internacionalizadas, já que ameaçam mais o planeta do que as queimadas e que os museus sejam também internacionalizados, já que as artes não devem pertencer a país nenhum.

– Se querem internacionalizar a Amazônia, que internacionalizem todos os recursos que cada país tem e, sobretudo, as crianças do mundo. Porque não se justifica falar em internacionalizar a Amazônia se as crianças ficam divididas entre aquelas que podem sobreviver, porque são ricas, e as que vão morrer, porque são pobres – concluiu.



Demarcações e programa de cotas foram destaque, diz João Pedro

João Pedro: fórum ressaltou tratamento dado aos índios no Brasil

O programa de cotas nas universidades para estudantes indígenas, a demarcação de terras indígenas – sobretudo a Reserva Raposa Serra do Sol – e o tratamento dispensado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) às populações indígenas isoladas foram elogiados no

fórum que a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza até 29 de maio em Nova York, afirmou João Pedro (PT-AM).

O senador participou do evento a convite da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica).

– Somente no Brasil, que

tem uma população indígena estimada em 700 mil pessoas, existem 220 povos indígenas. O fato de termos demarcado 12,9% do nosso território para populações indígenas também virou referência internacional.

João Pedro destacou a importância de os Estados Unidos

terem voltado a participar das discussões sobre a questão indígena e de o governo Barack Obama ter decidido liberar recursos para a educação e a saúde dos índios. O senador ainda lamentou que, no Canadá, haja casos de violência contra mulheres indígenas.